

## ATA DA VIII REUNIÃO DO CNDI

Àos 27 dias do mês de Abril de 2004, a Diretoria e membros do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso - CNDI reuniram-se no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Bloco “C” Terceiro andar sala nº 325, no horário de 9:00 às 17:00 horas, estando presente a Senhora Presidente Maria Jose Lima C. R. Barroso e os seguintes Conselheiros: , Nadir Parigot de Souza/ ABCMI – Nacional, Perly Cipriano/Secretaria Especial de Direitos Humanos, Geraldo Adão Santos/COBAP, Padre Alfredo Morline/IPV.SS, Carlos Alberto Ribeiro Xavier/MEC, Adriano Gordilho/SBGG, Maria da Penha S. Franco/M.Desenv.social Combate a Fome, Alba Maria/ MDS, Paula Regina/ABRAZ, Nara Rodrigues/ANG Álvaro Fonte da Silva Neto/Asilo Rio Branco, Senador Paulo Paim, Emidio Rebelo Filho/FAAPA, Neidil Costa/M. Saúde, Roberto Costa Araujo/SEDH, Manoel Veras/MTE, Márcia Lopes/ MDS, Josefa Barros Cardoso de Ávila/ Ministério da Previdência; Lea Lúcia Cecílio Braga/CFESS; Marly Mascarenhas de Oliveira Bastos/ABE.

A reunião foi aberta pela Presidente Maria José Barroso, que após boas vindas a todos passou a palavra ao Conselheiro **Álvaro Silva**, o mesmo colocou importância de se criar todos os Conselhos e que para tal o papel do CNDI seria fundamental na capacitação dos mesmos. **A Presidente**, não só concordou com a sugestão, como também ressaltou a necessidade de criação de uma sede própria em âmbito nacional. O Conselheiro **Álvaro Silva**, indagou ao Sr. Perly Cipriano sobre o andamento das deliberações por falta de recursos, como também a não efetivação da presença da Sra. Presidente a Brasília. A Sra. **Presidente**, pede desculpas a Conselheira Nadir porque não foi possível ir ao evento da ABCMI por dificuldades para deslocamento, faltou passagem. Em seguida a Sra. **Nadir**, colocou que o encontro de Aparecida foi muito bom com representantes de Idosos do País. A Conselheira **Lea** sugeriu a elaboração de um ofício a ser encaminhado para coordenação do Encontro de Cuba dizendo da impossibilidade deste Conselho se fazer presente no evento (ofício deverá ser redigido por Lea e Álvaro). O Sr. **Perly**, se posicionou quanto as indagações feitas anteriormente justificando que o Conselho não dispõem de fundos próprios e quando a SEDH dispuser de recursos para capacitação o Conselho será também contemplados. **A Presidente** e os Conselheiros Álvaro e Maria da Penha se posicionaram quanto a veiculação do CNDI na mídia, em campanha educativas bem como nas parcerias em outras campanhas, como a de Vacinação do Idoso do Ministério da Saúde. O Sr **Perly**, informou que esta sendo planejado a realização de Seminários em todos os Estados independente de ter ou não Conselhos, para divulgação do Estatuto do Idosos e está sendo programando em parceria com Conselho Nacional de Igrejas Cristãs – CONIC, a realização de 10 Seminários nos Estados. Um dos pontos a ser recomendado durante os eventos é a criação dos conselhos. A Sra. Conselheira **Nara Rodrigues**, colocou que no Rio Grande do sul por meio dos Conselhos, o Estatuto está sendo muito discutido e sugeriu que o CNDI poderia consultar os Estados sobre a divulgação para evitar duplicidade. A Sra. **Maria Penha**, acrescentou que Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome está convocando representantes de cada Ministério para discutir a regulamentação do Estatuto. O que se precisa é definir atribuições de cada um. O Sr. **Emídio**, o Estatuto é auto-aplicável, discutidos em diversos Seminários. O único artigo que necessita de

regulamentação é o art. 40. O Sr. **Perly**, se realizarmos Seminários em todos os Estados com Gestores, Defensores, Promotores teremos que fazer algo prático. Foi encaminhado expediente a Câmara sugerindo a quem encaminhar o Estatuto do Idoso. A SEDH solicitou 5000 exemplares para distribuir nos Seminários. Dando prosseguimento o Sr. **Álvaro** - devemos solicitar aos Conselhos relatórios de 2003 e planejamento para 2004. O Conselheiro **Adriano**, colocou a sua insatisfação quando afirma que o Conselho vem sendo boicotado, não tem fundo, memória, tudo é recusado. Colocou ainda que gostaria de ter resposta sobre o andamento do processo da SBGG. A Sra. **Presidente**, se expressou dizendo que este resumo executivo foi imposto, mas resolveu se calar em prol da sua saúde, que exige respeito. Dr. Mário Mamede nos deu apoio, mas este ainda não se efetivou, concluiu que deve elaborar um relatório quando do término do seu mandato no Conselho. Continuado o Sr. **Adriano**, questionou sobre a SEDH ter alguma coisa contra as ONG'S? uma vez que na reunião passada foi aprovada, por unanimidade, que a próxima reunião seria em Salvador e depois cancelado. Se o Conselho se reunisse em Salvador poderíamos tratar de todos os assuntos, gostaríamos de saber o que aconteceu. O Sr. **Perly**, assim se posicionou: 1ª quanto a questão do boicote que fosse oficializada. A questão da prestação de contas não é a SEDH que cria normas, estas normas são do Tesouro Nacional, as quais somos subordinados a ela e que devemos cumpri-las. O que houve foi à adequação de uma exigência das Instruções Normativas. Isso não se trata de boicote. Se tiver questionamento é com Tribunal de Contas ou AGU. O Sr. **Adriano**, porque não fazer a reunião em Salvador por ocasião do Congresso? Sra. **Presidente** gostaria de continuar a votação para que a próxima reunião seja em Salvador, o Congresso é de suma importância e vai reunir as maiores autoridades do País, a participação será também uma capacitação. O Sr. **Perly**, argumentou que essa é decisão da SEDH, se o Ministro achar que deve mudar as normas tudo bem. Eu não tenho no momento como decidir. Sra. **Presidente**, eu não estou exigindo, só queria que o Sr. repassasse este assunto ao Dr. Nilmário Miranda. Conselheira **Nara**, no momento que for expor ao Secretário colocar que a reunião será realizada durante o Congresso onde o Conselho terá espaço. É uma oportunidade importante para dar visibilidade ao Conselho. Sr. **Perly**, a votação é desnecessária, a decisão vai depender do Ministro, sugeriu que a Presidente encaminhasse um ofício ao Sr. Ministro. O Conselheiro **Carlos Alberto**, colocou que o Executivo cumpre o que está na Lei, o Conselho não. Os conflitos existem, e por isso a Sra. Presidente poderá enviar um ofício ao Sr. Secretário sem com isso se constituir um afronto. A Sra. **Presidente**, continuou insistindo na votação. O Conselheiro **Emídio**, sugeriu a votação sobre a correspondência a ser encaminhada ao Sr. Secretário. Sr. **Manoel Veras**, não tem sentido fazer outra votação se já foi colocado pela SEDH que não seria possível por falta de recursos. O Sr. **Adriano** colocou importância da votação, continuou insistindo por que é uma oportunidade muito forte. Sra. **Lea**, espero que todos tenham calma e tranquilidade no debate. Temos várias questões a tratar. O Sr. **Adriano** invocou a memória, que não é só escrita na Ata, a memória é também política. O Sr. **Perly** colocou que esta reunião também será memória política e administrativa. Dando continuidade outros assuntos foram tratados. **Emídio**, trouxe uma pesquisa que revela o quadro de exclusão social num Bairro de Belém. Dia 18 deste mês foi entregue ao Governador do Estado solicitação de inserção nos eventos da 3ª idade nas Universidades e como temas Transversais e o Centro Estudo e Pesquisa sobre o Envelhecimento. Foi assumido compromisso dessas ações. Sra. **Nara**, essa história de inserção de temas transversais e conclusões do evento fomos falar com Ministro Paulo Renato e ele foi muito claro, que isto depende de cada Universidade, e não do MEC. A sugestão é que se fale com

representante dos Reitores sobre os temas Transversais que já estão sendo trabalhados em algumas escolas. O Sr. **Carlos Alberto**, colocou que a autonomia das Universidades, sobre os Currículos e conforme sua experiência os temas paralelos são trabalhados de acordo com as formas de cada um. Sr. **Álvaro**, informa que foi feito na Confederação de Handbol – inserindo Handbol na 3ª Idade. A Sra. **Maria Jose**, colocou que estão realizando em todo estado do Ceará capacitação à distância, “educar para envelhecer saudável”. Propõe moção de apoio do CNDI para aprovar iniciativa “Brasil se Eduque” – do Centro de Direitos Humanos e Cidadania. Em atendimento a questão do Estatuto do idoso – Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região editou resolução priorizando os processos para pessoas maiores de 60 anos. A Conselheira **Lea**, o CFESS tem uma grande capilaridade, portanto tem estimulado a difusão das questões do idoso nos estados. No Ceará foi proposto reunião com Conselho Estadual e Ministério Público discutindo os desafios na implementação do Estatuto. Com o S.O.S Alagoas – promoveu encontro estadual cujo objetivo é discutir decisão sobre a Política e o Estatuto. No mês de maio em Chapecó/SC ocorrerá, com a Câmara de Vereadores, Audiência Pública para discutir o Estatuto e a PNI e no Congresso Brasileiro de Serviço Social. a ser realizado em Fortaleza de 17 a 24 de outubro de 2004. O Sr. **Geraldo Adão**, colocou que um dos objetivos da COBAP junto ao Conselho Nacional de Saúde é lutar pela humanização do atendimento no SUS. A questão da prevenção não acontece como política prioritária. A Sra. **Nara**, o Conselho fez treinamento com todos os Conselheiros sobre o Estatuto. – fazendo uma retrospectiva histórica desde 1976 contando toda a trajetória dos movimentos sociais, desde 1983, da Associação dos Aposentados, quando começou a reivindicar o Estatuto que tem toda história. Em 2002 o Governo do Estado do Rio Grande do Sul encaminhou projeto de Lei criando o Programa de Assistência Social ao idoso-com a participação de todas as Secretarias. O Plano está para ser aprovado na Assembléia Legislativa. A Sra. **Penha**, a Secretaria Nacional de Assistência Social terá 4 grandes Departamentos com trabalho em rede tendo como foco a família. De acordo com as deliberações da última Conferência de Assistência Social deveria ser implantado o Sistema Único de Assistência Social. A partir de janeiro de 2004 houve um acréscimo de BPC de 30 a 40 mil por mês, sendo esse nº de idosos que estão sendo atendidos. A projeção é de um milhão e cem beneficiados. A Conselheira **Neidil**, colocou que a Vacina está sendo um sucesso já atingiu 4 milhões de idosos. O Ministério da Saúde, em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, está trabalhando na implementação do Estatuto. Foram formados dois grupos: um sobre a adequação do atendimento do SUS ao Estatuto e o Programa Nacional de Cuidadores em parceria com MDS. Os medicamentos oferecidos pelos SUS contemplam a maioria da população idosa. Atendimento domiciliar – até dezembro 500 equipes estarão atuando no atendimento domiciliar ao idoso. O Sr. **Perly**, informou que a Conferência Nacional de Direitos Humanos será a 1ª de caráter Deliberativo. Com o tema central “o Sistema Nacional de Direitos Humanos”. Em maio acontecerão as Conferências Estaduais. As Defensorias estão se preparando para atuar na Defesa dos Direitos Humanos e dar continuidade da Rede e/ou Sistema mais estruturado. As Conferências são abertas! Na página da Internet está disponível e também o regimento. Será lançado o Disque Nacional Direitos Humanos. O Sr. **Geraldo Adão**, tinha expectativa que o Conselho solicitasse ao Presidente da CNBB, Dom Geraldo Ângelo, com apoio do Conselho, o resultado da Campanha da fraternidade de 2003 e sugeriu o lançamento da Pastoral do Idoso. A Sra. **Márcia Lopes, do MDS** falou sobre sua atuação na área social especificamente na área do idoso no seu Estado. Foi convidada pelo Ministro Patrus Ananias para atuar como

Secretária, abordou a questão da estrutura do Ministério, dos programas, e o Fome Zero como uma estratégia do Governo, é um tema transversal em todas as Políticas, inclusive do idoso. Temos consciência da nossa atribuição, 5561 Municípios tem uma relação com o MDS, seja através do BPC ou e de Convênios a presença desse sistema se faz em todos os Municípios. O MDS está estruturado em 4 grandes Secretarias, o objetivo é aprimorar o atendimento, os programas e projetos. Será implantado o Sistema Único de Assistência Social. A Conferência do Idoso em Londrina teve mais de 600 participantes. Nós estamos vivendo a transição, construindo a proposta do SUS, e respeitando todas as instâncias. Colocou que gostaria de estar o dia todo porém não foi possível. Espera participar da próxima reunião. Temos que fazer com que o Estatuto e a PNI sejam aplicados. No Brasil tem muita coisa boa, mas há uma lacuna do ponto de vista do financiamento é preciso estruturar na área do idoso priorizando o atendimento em CCI. Foi realizada uma discussão em Londrina, sobre o atendimento pois quando se quer construir coisas inovadoras as coisas começam a complicar. No ano passado foram fechados 18 asilos em Londrina. No campo do idoso temos que avançar muito na geriatria, nos direitos do idoso. Nosso compromisso é de respeito às instâncias e defesa dos direitos do idoso, precisamos de Política clara nos campos do trabalho, assistência, saúde, temos que levar para esfera do Governo os desafios. Vamos fazer um grande Seminário sobre o BPC, com a participação dos Conselhos. Em seguida o Padre **Morlini**, indagou: Instituição que têm idoso com enfermidade, onde recorrer para ter apoio a essas pessoas institucionalizadas. O Sr **Alvaro** temos indagado alguns programas no caso um idoso semi-dependente sem família e pessoa desempregadas na comunidade, porque não pensar no atendimento com cuidador – já temos, em alguns Municípios, a bolsa cuidador. A Sra. **Maria da Penha**, será preparado o cuidador familiar, os da Instituições de Longa Permanência e uma para o mercado de trabalho. Está na proposta para ser assinado pelos MS e MDS, a princípio será lançando em 10 Municípios. A Sra. **Lea**, agradeceu a participação da Secretária e gostou de ouvir a vontade de trabalho desse Ministério. Este Ministério (MDS) tem em seu leque: 1º registro-importância dessa estrutura que busca organizar a Assistência Social pensando a política centrada na família. 2º- a disposição de relação da União com Municípios, vai agilizar a ação da Política. A questão de capacitação é muito importante, são poucos estados que tem Conselho Estadual. Pensar na implementação mais efetiva das novas modalidades de atenção ao idoso. A Sra **Maria da Penha**, frisou que existe 2222 CCI conveniados os quais ficaram só para jogos e danças esses CCI precisam mudar a sua programação. O Sr. **Geraldo Adão**, perguntou como fica a composição dos dirigentes das ILPS quem vai preparar e fiscalizar essas Instituições? Sra. **Márcia**, é essa questão importantíssima, temos uma consultoria com várias concepções. Como o Estado foi omissos as ONGs foram assumindo e as coisas ficaram cada vez mais complexas. Em relação aos cuidadores – pode-se fazer uma interlocução com a bolsa família. Este debate, deve ser realizado é um processo até de destitucionalização. Vamos mudar o CNAS temos 8214 processos no CNAS, não podemos permitir que as coisas continuem assim. A parceria com a Previdência, o Estado deixa de arrecadar 3 bilhões das Instituições Filantrópicas, tem que ter cuidado na Certificação, o trabalho deve ser ético e sério. Este ano existem recursos para capacitar. A questão do Estatuto é fundamental no sentido do aprimoramento, vamos retornar na próxima reunião a questão da capacitação e conceitos de filantropia, papel do Estado/ ILPS sobre a proposta da ANVISA que vai apresentar amanhã no Seminário. O **Senador Paulo Paim**, colocou que estatuto do Idoso não assegura o transporte Intermunicipal. Foi apresentado no Senado Lei para garantir 2 vagas no transporte

Intermunicipal com relação a questão do Interestadual não é auto aplicável. O Ministério do Transporte e DNIT é quem devem que regulamentar através de Portaria ou Decreto, dando orientações as Empresas de Ônibus e Rodoviárias. Não precisa outra Lei, quanto a questão relacionada as Penalidades ficaram muito brandas. O maior problemas do Estatuto é o desconhecimento da população. Acho que já imprimir uns dois milhões e 50 mil cartilhas. Quanto a questão dos teatros recebemos uma ou outra Manifestação, acho que abrimos um espaço. A Sra, **Presidente**, hoje aprovamos essa moção de apoio do Estatuto do Idoso. Sra. **Nara**, esta discussão sobre ½ entrada nos espetáculos teatrais de obras beneficentes, tem sido muito questionada. Sr. **Álvaro** sugeriu que o Estatuto saísse em CD. A Sra **Maria Jose**, trajetória do CNDI- 22/08/2002 pensar o que foi possível avançar e construir. Mais uma vez o Sr, **Álvaro** sugeriu que a Presidente do CNDI viesse pelo menos 2 dias antes das Reuniões para avaliar as correspondências encaminhadas e as demandas. Ainda não foi possível. As Comissões que foram formadas, nada foi concretizado. Não é possível a Presidente vir 2 dias antes. O Sr. **Perly**, colocou que nenhum conselho tem essa prerrogativa. Sra. **Maria Jose**, fez apelo para as Comissões serem agilizadas com resultados concretos. Sr. **Perly**, a Ata deverá ser encaminhada pelo menos uma semana antes a todos os Conselheiros, e gostaria que a pauta ou pré pauta também fosse em anexo. O Sr. **Alvaro**, sugeriu assunto para próxima Pauta – relatório CNDI e agenda 2004 recomendação para criação dos Conselhos . O que foi realizado (lido a Agenda do CNDI). Integram a Comissão de Legislação e Norma – Neidil, Adriano, Paulo Negrão, Geraldo Adão. Do ministério Assistência Social – Maria da Penha. A Sra. **Maria da Penha**, o Adriano disponibilizou o Email para ser encaminhado as Normas existentes, ele ficou de consolidar e discutir só que ele não recebeu de todos, também sugeriu como tema para próxima reunião o CNAS. Sra. **Neidil**, o atendimento ao idoso está inserido no atendimento do SUS. Sr. **Perly**, na próxima reunião fazer plano até o final do mandato. Proposta aos Ministérios cada um trazer sugestões para os próximos meses. Sr. **Manoel Veras**, membro da Comissão a SEDH poderia encaminhar Email de todos Conselheiros. Sr. **Álvaro**, Comissão para elaboração do planejamento do CNDI Lea, Álvaro e Maria Jose – prazo para sugestão dos Conselheiros 15 de maio, consolidação 30 de maio de 2004. Sr **Perly**, Foi encaminhado uma Minuta de Decreto ampliando os Ministérios de acordo com a nova estrutura do Governo. A Conselheira **Paula**, gostaria de propor que fosse examinado o termino do mandato do atual Conselho. O Sr. **Álvaro**, sugeriu que a Presidente indique um representante do CNDI nos Fóruns. Para encerrar a reunião foi proposto que a Sra. Presidente elaborasse um ofício ao sr. Secretário de Direitos Humanos consultando quanto a viabilidade da reunião de junho do CNDI se realizar em Salvador – Bahia.

Arquivo recuperado em meio digital para compor as informações históricas do CNDI. Não há registro de que esse arquivo tenha sido assinado física ou digitalmente, ou mesmo que tenha sido aprovado pelo conselho, de modo que não se pode confirmar sua autenticidade.